

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 39/2012**

Período: 27/10/2012 – 02/11/2012

GEDES – Brasil

- 1- José Dirceu pode ter redução de pena por ter lutado contra o regime militar
- 2- Ministro da Defesa terá jetons suspensos
- 3- Policial foi encontrado morto no DOI-Codi de forma similar a Herzog
- 4- Caça da Força Aérea monitorou avião comercial que sofreu desvio de rota
- 5- Ex-sargento do DOI-CODI é ouvido pela Comissão da Verdade
- 6- Operação Ágata 6 é bem sucedida
- 7- Militares se afogam durante treinamento no sul
- 8- Governo federal propõe a ocupação de favela em São Paulo
- 9- Marinha reforça Minustah

1- José Dirceu pode ter redução de pena por ter lutado contra o regime militar

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Supremo Tribunal Federal (STF) condenou o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, por corrupção e formação de quadrilha no julgamento do ‘escândalo do Mensalão’ – esquema de compra de votos de parlamentares ocorrido entre os anos de 2005 e 2006. Os advogados do ex-ministro apresentaram em sua defesa ao STF o argumento de que Dirceu possui "relevante valor social" e, portanto, deve ter sua pena diminuída. Isso porque, segundo o Código Penal, há possibilidade de punição atenuada quando é possível comprovar que o condenado realizou “relevante ato de solidariedade e compromisso social”. O texto elaborado pela defesa de Dirceu conta com testemunhos de pessoas próximas a Dirceu, dentre eles o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, afirmando que o ex-ministro participou da luta contra o regime militar (1964-1985) e colaborou para a redemocratização do Brasil. De acordo com os advogados, Lula considerou Dirceu como "um cidadão que lutou pela democratização do Brasil, pagando com o exílio". Em coluna opinativa a *Folha*, o escritor e jornalista Carlos Heitor Cony, no dia 30/10/12, defendeu a aplicação da justiça e não a realização de um possível “acerto de contas” nos casos de José Dirceu e José Genoino, argumentando que a decisão dos juízes do STF deve ser feita com base nos fatos, e não na história de vida de cada acusado. (*Folha de S. Paulo – Poder – 27/10/12; Folha de S. Paulo – Opinião – 30/10/12*)

2- Ministro da Defesa terá jetons suspensos

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Justiça Federal de Passo Fundo, do estado do Rio Grande do Sul, definiu a suspensão dos jetons – remuneração recebida pelos servidores públicos federais quando da participação destes como representantes da União em sessões extraordinárias em municípios, estados e mesmo no âmbito federal – pagos como verbas remuneratórias pela participação em conselhos administrativos ou fiscais de empresas estatais e privadas da cidade a 11 ministros de Estado. Estas verbas, adicionadas aos subsídios, ultrapassam o teto constitucional de R\$ 26.700,00. O pedido consta de ação popular ajuizada contra a União. A decisão atinge, juntamente a outros

dez, o ministro da Defesa, Celso Amorim. Além dos ministros, também são afetadas as estatais BNDES, BNDespar, BR Distribuidora, Brasil Cap, Brasil Prev, Eletrobrás, Codeba, EBC, ECT, Finep, Petrobrás Biocombustíveis, Petrobrás e Itaipu. O autor da ação, representado pelo advogado Alexandre Gehlen Ramos, utilizou-se do artigo 37 da Constituição Federal (CF), o qual estabelece que a remuneração e o subsídio de membros de cargos públicos ou de qualquer dos poderes da União, não pode exceder o subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). O Ministério Público Federal declarou-se favorável às alegações iniciais, visto que o desempenho dos ministros nos conselhos “se constituiria em artifício empregado com a finalidade de proporcionar remuneração acima do teto para integrantes do alto escalão do governo”. Em defesa prévia, a Advocacia-Geral da União (AGU) defendeu a “legitimidade do exercício concomitante dos cargos”, alegando que “retribuição pelo exercício de função em conselhos de entidade de direito privado guarda um caráter próprio, correspondente à retribuição de representação”. Para a AGU, as verbas de caráter indenizatório previstas em lei excluem-se da regra, devido à natureza da atividade. Contudo, estes também compreendem que “o cargo de conselheiro de sociedade anônima com participação estatal é uma função pública *lato sensu*”, sendo seus participantes agentes públicos. O juiz da ação determinou a suspensão dos pagamentos a partir do dia 01/11/12. Segundo o periódico *Correio Braziliense*, no dia 01/11/12, o governo suspendeu no Tribunal Regional Federal da 4ª região a liminar que interrompeu o pagamento de jetons. Segundo o *Correio*, a AGU alegou que a lei autoriza a participação de servidores públicos nesses cargos e que, além disso, existem decisões do STF reconhecendo os pagamentos como legais. (*Correio Braziliense* – 01/11/12; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 27/10/12)

3- Policial foi encontrado morto no DOI-Codi de forma similar a Herzog

Conforme noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o tenente da Polícia Militar, José Ferreira de Almeida, e o jornalista Vladimir Herzog foram encontrados mortos por enforcamento, na mesma posição e na mesma cela do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), com apenas dois meses de intervalo entre suas mortes. Segundo o periódico, no mês de julho de 1975, 63 policiais militares foram presos e processados sob a acusação de serem comunistas. Dentre estes, estava Almeida, que era diretor do Clube dos Oficiais da Reserva, “uma espécie de sindicato dos policiais”. A sobrinha do tenente, Nazareth Folli, afirmou que o tio não era membro do Partido Comunista, “só tinha ideias avançadas demais pro período”. Durante sua prisão, o advogado de Almeida, Luiz Eduardo Greenhalg, relatara maus tratos e possível tortura ao policial. Os policiais militares que puderam sair da prisão na época não voltaram à ativa, foram aposentados por invalidez, e suas esposas receberam pensões como viúvas. No caso de Almeida, a família fora noticiada de que o tenente teria se enforcado e receberam o caixão lacrado, porém, o advogado Greenhalg o abriu e relatara que, por conta de hematomas pelo corpo e dois sulcos no pescoço, não havia possibilidade de que a causa da morte pudesse ser um suicídio. O Conselho Regional de Medicina (CRM) havia arquivado o processo e um inquérito fora aberto na Auditoria Militar pelo próprio advogado, mas nunca foi

aberto. Após dois meses, Vladimir Herzog foi encontrado morto nas mesmas condições, na mesma cela, a número 1 do DOI-Codi. Ambos tiveram como versão oficial da morte a do suicídio, assinada pelo médico Harry Shibata. Conforme o professor e pesquisador da Universidade de São Paulo (USP), Mário Sergio Moraes, “ambos foram enforcados com o mesmo cinto”; ele explicou que havia um modelo para dissimular atrocidades. Segundo o jornalista Elio Gaspari, Almeida foi “o 36º preso a se suicidar dentro de uma prisão da ditadura, o 16º enforcado e o 7º a fazê-lo sem vão livre”. Herzog teve seu atestado de óbito retificado em setembro de 2012 após pedido da Comissão Nacional da Verdade ao Tribunal de Justiça de São Paulo. No lugar de “asfixia mecânica”, consta que sua morte decorreu por “lesões e maus-tratos sofridos em dependência do II Exército – SP (DOI-Codi)”. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade de agentes do Estado brasileiro pela morte do tenente Almeida e seu nome consta na lista dos 140 mortos da Comissão Nacional da Verdade, mas Nazareth ainda espera declaração oficial do Estado e atestado de óbito oficial com a causa real da morte do tio, assim como ocorreu com Herzog. (O Estado de S. Paulo – Aliás – 28/10/12)

4- Caça da Força Aérea monitorou avião comercial que sofreu desvio de rota

O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que um avião da empresa Transportes Aéreos Marília (TAM) sofreu um desvio de rota: a aeronave Airbus A320 deveria partir de Aracaju, capital do estado de Sergipe, com destino ao aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. No meio da viagem, porém, foi constatado que o avião havia se desviado do percurso programado e permaneceu cerca de uma hora sem contato com o controle de tráfego aéreo. Segundo a Força Aérea Brasileira (FAB), a situação é considerada como “anormal”, de forma que a FAB acionou o Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (Comdabra) e deu início ao que foi classificado como uma operação de “socorro em voo”. Um caça F-5M foi enviado da Base de Santa Cruz, no estado do Rio de Janeiro, para monitorar as atividades da aeronave da TAM e escoltá-la pelo restante do percurso e, caso houvesse algum problema, “ajudar a realizar um pouso de emergência”. O contato do Airbus com os sistemas de voo foi reestabelecido e o pouso ocorreu conforme previsto, às 17 horas do dia 25/10/12, no aeroporto de Guarulhos. Segundo a companhia aérea, houve uma falha nas comunicações e “a aeronave esteve todo o tempo identificada nas telas dos radares de Vigilância do Sistema Aéreo, voando em uma rota prevista nas cartas de navegação”, sendo o caça da FAB enviado somente para “prestar qualquer apoio eventualmente necessário”. (O Estado de S. Paulo - Nacional - 29/10/12)

5- Ex-sargento do DOI-CODI é ouvido pela Comissão da Verdade

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, no dia 30/10/12, o ex-sargento do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), Marival Chaves, depôs para a Comissão Nacional da Verdade. O depoimento, que durou mais de cinco horas, foi importante, segundo o jornal, no que diz respeito a revelação de informações sobre o possível envolvimento de empresas e empresários que teriam contribuído com

recursos financeiros e materiais para a repressão, durante o regime militar (1964-1985). (Correio Braziliense – 31/10/12)

6- Operação Ágata 6 é bem sucedida

Conforme notícia publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, a Operação Ágata 6, exercício conjunto das Forças Armadas realizado no mês de outubro de 2012, teve bons resultados. Entre eles, a apreensão de 3,7 toneladas de drogas, 67 veículos e 201 embarcações irregulares. Desde o dia 9/10/12 até o dia 30/10/12, cerca de 10 mil homens das três Forças trabalharam na missão que visava combater crimes cometidos nas fronteiras brasileiras, e na qual foi usado pela primeira vez o avião não tripulado da Força Aérea Brasileira. No Planalto Central, 2,2 mil fuzileiros navais ensaiaram operações anfíbias. De acordo com o comandante da Força de Fuzileiros da Esquadra, o almirante Fernando Antonio, esse tipo de treinamento é muito importante e essas ações são consideradas as mais complexas de se executar, e foram bem sucedidas. Ainda segundo Antonio os fuzileiros navais "têm respondido a um amplo espectro de crises, que variam desde o apoio à ocupação das diversas comunidades do Rio, até o envio de assistência humanitária, dentro e fora do País". (O Estado de S. Paulo – Nacional – 31/10/12)

7- Militares se afogam durante treinamento no sul

Conforme o periódico *Correio Braziliense*, o sargento Eberton Soares dos Santos e o soldado Luciano da Silva Borges, seu primo, se afogaram enquanto participavam de um exercício no Rio Ibicuí, extremo sul do país, no dia 30/10/12. Enquanto fazia a verificação da estrutura de uma ponte, o sargento caiu em um buraco e foi levado pela correnteza; em seguida, o soldado saltou no rio para prestar auxílio para seu primo, porém, também foi carregado pelo rio. Colegas que presenciaram o fato ocorrido com os oficiais disseram que "apesar de o local ser raso, a correnteza era bastante forte, o que impediu o resgate dos dois militares". Os homens pertenciam ao 7º Regimento de Cavalaria Mecanizada, sediado na cidade de Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, e seus corpos foram encontrados em Florentina, na região da cidade onde houve o incidente. A Polícia Civil de Santana de Livramento, assim como o Comando Militar do Sul, pretende apurar o ocorrido. (Correio Braziliense – 01/11/12)

8- Governo federal propõe a ocupação de favela em São Paulo

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o governo federal irá propor a ocupação da favela de Paraisópolis, localizada na zona sul da cidade de São Paulo, utilizando o modelo de ação que foi empregado na tomada do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. A secretária Nacional de Segurança Pública, Regina Miki, defendeu a proposta com a justificativa de que a ação poderá conter a violência no local e "garantir um trabalho integrado de inteligência no combate ao tráfico e às organizações criminosas". Miki destacou também a falta de policiais, dizendo que a ocupação com tais oficiais obrigaria o reposicionamento dos mesmos na cidade, impedindo que eles estejam presentes em outros locais do município. O jornal enfatizou que a secretária

pretende negociar com o governo um plano integrado de segurança pública, utilizando, além das Forças Armadas, unidades policiais. O secretário de Segurança Pública de São Paulo, Antônio Ferreira Pinto, no entanto, considerou a ação do governo federal “oportunismo barato, provocativa, risível e sem sentido”. O secretário afirmou que a proposição de aplicar uma ocupação como foi realizada no Complexo do Alemão seria prejudicial e não seria considerada válida por aqueles que conhecem a fundo a cidade de São Paulo e a situação da favela. Ele ainda afirmou que o governo federal teria a intenção de “superdimensionar a crise em São Paulo”, a fim de “desconstruir a segurança pública no estado”. Em editorial publicado no dia 02/11/12, o mesmo jornal ressaltou que a proposta feita por Miki só poderia ser ideia de quem não conhece São Paulo, pois o modelo adotado no estado do Rio de Janeiro “é o de recuperação de território perdido para o narcotráfico”, ou seja, reestabelecer a presença do Estado nas áreas de controle do crime organizado, o que não é o caso das favelas paulistanas, que não são controladas pelo crime organizado, mas apenas utilizadas como esconderijo. Segundo o *Estado* as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), no Rio, foram uma criação do governador Sérgio Cabral, aliado do governo federal e promessa de campanha da presidente da República Dilma Rousseff para a área de segurança. Além disso, o jornal se posicionou a favor dos argumentos utilizados pelo secretário Ferreira Pinto com relação ao oportunismo do governo federal. O jornal ainda fez um breve relato de como ocorreu a participação das Forças Armadas na ocupação dos Complexos do Alemão e da Penha, após uma onda de ataques na cidade ordenados por traficantes que se encontravam detidos na Penitenciária Federal de Catanduva, no estado do Paraná. Para especialistas em segurança pública procurados pelo *Estado*, a ocupação das favelas paulistanas não é consensual. De acordo com Paulo Storani, pesquisador da Universidade Cândido Mendes, Cláudio Beato Filho, da Universidade Federal de Minas Gerais, e o comandante da polícia militar do Rio de Janeiro na época da ocupação, coronel Mário Sergio Duarte, ela pode ser válida. Para o advogado Fernando Pinheiro Pedro, o emprego do Exército e da Força Nacional de Segurança Pública evitaria o desgaste da imagem da polícia militar paulista, bem como preservaria a corporação. Por outro lado, a doutora em psicologia social, Marisa Feffermann é contrária a ocupação de comunidades como Paraisópolis, argumentando que a ação destruiria a harmonia local e criminalizaria uma população já marginalizada pela sociedade, já que em operações anteriores ocorridas no local houve um forte sentimento de revolta na comunidade. Após as discussões sobre segurança pública entre os governos federal e estadual, os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* relataram que a presidente Rousseff e o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, começaram a negociar, no dia 01/11/12, uma estratégia conjunta para conter o avanço da violência no estado e, dentre as possibilidades que serão discutidas, há possibilidade da ocupação de áreas críticas pelo Exército e Força de Nacional Segurança Pública. Entretanto, de acordo com a *Folha*, Alckmin deverá rejeitar esta possibilidade, pois ele acredita que a situação de São Paulo é diferente da daquela que motivou a ocupação militar do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, porém, não rejeitou a proposta imediatamente. A última vez que houve uma atuação conjunta entre os governos federal e estadual em São Paulo foi em agosto de 2006, após uma onda de violência praticada pela facção criminosa Primeiro

Comando da Capital (PCC) contra a polícia paulista. O acordo da época não incluía o uso de tropas federais, apenas apoio na área de inteligência, helicópteros e a colaboração da Polícia Federal. (Correio Braziliense – Brasil – 02/11/12; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 02/11/12; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 01/11/12; O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 02/11/12; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 02/11/12)

9- Marinha reforça Minustah

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, a Marinha do Brasil reforçou a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah) enviando o navio de desembarque de carros de combate Garcia D'Ávila, cuja missão será transportar material da Força de Fuzileiros Navais e do Exército. (Correio Braziliense – Colunas – 02/11/12)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestre em Relações Internacionais)
Ana Paula Silva (Supervisora, mestre em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC), Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Tamires Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista FAPESP).